



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

ANDREIA MIRANDA STEIN

AUTISMO: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA JOÃO PEDRO DA SILVA

Epitaciolândia – AC

2018

ANDREIA MIRANDA STEIN

AUTISMO: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA JOÃO PEDRO DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, como requisito básico para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Brasília, sob orientação do prof. Dr. Francisco Thiago Silva.

Epitaciolândia – AC

2018

Stein, Andreia Miranda Stein. AUTISMO: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA JOÃO PEDRO DA SILVA, Eptaciolândia/AC, Novembro de 2018. 27 páginas. Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia.

FE/UnB-UAB

AUTISMO: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA JOÃO PEDRO DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito básico para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Brasília, sob a orientação do prof. Dr. Francisco Thiago Silva.

.

Membros da Banca Avaliadora

Orientadora: Professor Dr. Francisco Thiago Silva

Ma. Aline Novaes Ximenes - UniProjeção

Dra. Rita Silvana Santana dos Santos - UnB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, em seguida a minha família por estar sempre perto de mim, me apoiando em todos os momentos, em especial a minha mãe e a minha filha Maria Luiza.

Aos professores da UNB por todo empenho e dedicação, pois tenho consciência que não é fácil encarar esse desafio, considerando a situação de crise que se encontrou e ainda se encontrar agora menos grave o nosso país, a falta de recursos que as nossas instituições tem enfrentado são fatos que prejudicam todos nós, porém vocês estão comprometidos em fazer um Brasil melhor, onde as pessoas tenham consciência dos fatos e a partir daí sejam capazes e agir na busca por mundo melhor.

Aos colaboradores, pais e alunos da Escola João Pedro da Silva que participaram dessa pesquisa.

As minhas amigas Gleiciane Ferreira e Antônia Martins pelo companheirismo e amizade.

Aos colegas de curso pela amizade, pelo aprendizado, pelos momentos de alegria e pelos de tristeza também, por que sem o último não saberíamos valorizar o primeiro.

RESUMO

O autismo é um Transtorno que afeta muitos brasileiros, e com o passar dos anos está sendo diagnosticado um número cada vez maior de adultos e crianças, o transtorno tem maior ocorrência no sexo masculino. No espectro o grau de gravidade varia desde o leve ao severo. O aluno autista requer atenção, acompanhamento especializado, considerando que cada um tem sua singularidade. O presente estudo tem como objetivo o estudo de caso de um aluno autista da escola de ensino fundamental do município de Eptaciolândia. A inclusão é o ato de incluir todos sem distinção no cotidiano escolar, não deve ser meramente incluída no Projeto Político Pedagógico da escola, mas ser vivenciada no cotidiano escolar, da Família de toda a sociedade.

Palavras-Chave: Autismo; inclusão escolar; família.

ABSTRACT

Autism is a disorder that affects many Brazilians, and with the passage of years is being diagnosed an increasing number of adults and children, the disorder has a higher occurrence in males. In the spectrum the degree of severity varies from light to severe. The autistic student requires attention, specialized monitoring, considering that each one has its uniqueness. This study aims to study the case of an autistic student at the elementary school in the municipality of Eptaciolândia. Inclusion is the act of including everyone without distinction in the daily school life, should not be merely included in the School's Political Pedagogical Project, but be experienced in the daily school life of the Family of the whole society.

Keywords: Autism; school inclusion; family.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
MEMORIAL EDUCATIVO	9
PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	10
MONOGRAFIA	
Introdução	11
CAPÍTULO 1- AUTISMO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA	19
CAPÍTULO 3: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	20
3.1- Análise de dados	
3.2- Discussão de dados	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	25

APRESENTAÇÃO

A primeira parte da pesquisa corresponde a minha trajetória no curso de Pedagogia: os desafios enfrentados e as superações. É também uma síntese de um momento único e inesquecível, por ter o privilégio de integrar o grupo de alunos da UNB, além de ser uma graduação a qual me identifiquei e pretendo seguir carreira. A segunda dimensão corresponde às minhas perspectivas em relação à profissão. Por fim, a terceira e última parte corresponde à monografia, com a qual pretendo contribuir para a melhoria da educação no que se refere ao processo inclusivo de alunos com autismo.

MEMORIAL EDUCATIVO

Em 2014 ingressei no curso. A minha primeira dificuldade surgiu quando acessei o sistema, já que não tinha costume com o sistema virtual, mas com o tempo fui me adaptando.

No primeiro semestre já tivemos uma primeira imersão nas escolas com uma pesquisa de campo que durou duas semanas e foi muito gratificante, porém assustador pela falta de prática do exercício de pesquisador.

Já no segundo semestre as coisas melhoraram, mesmo ganhando graus de dificuldade, como gravar vídeos e postar no youtube. Os encontros no SEDUP ajudaram a esclarecer as dúvidas e aproximar os colegas para que um não deixasse o outro desistir.

No terceiro semestre o grau de cobrança aumentou, até mesmo os fóruns foram sendo mais complexos e intensos, mas enriquecedores para nosso curso. Hoje ao olhar para trás é notório o quanto mudei e meus colegas também, pelas circunstâncias das nossas vidas pessoais e também por conta dessa graduação.

Um dos meus maiores desafios foi o estágio supervisionado. Em segundo a superação da minha timidez, fato que me atormentou durante muitos anos. Mas com o passar dos estágios fui adquirindo mais vivência com o ambiente e o currículo escolar e compreendendo de fato esse universo.

Enfim durante esses cinco anos de cursos foram muitas lutas, choros e alegrias, e preciso continuar aprendendo, os conhecimentos adquiridos se tornaram possíveis de construção diante do correr das atividades da graduação.

Nessa reta final compreendo que a docência é construída ao longo dos anos, por mais que os conhecimentos adquiridos na graduação sejam imprescindíveis, vivenciar a prática angaria outro significado. Na minha concepção como estudante entendo que o curso não deixou em nada a desejar em relação a modalidade presencial.

Compreender o processo histórico brasileiro em relação a educação me fez refletir o quanto torna-la nos moldes contemporâneos foi difícil/batalhado. Penso que se talvez houvesse mais políticas públicas voltadas para o conhecimento e importância das escolas, o cenário em que se encontra a educação brasileira poderia ser otimizado.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Atualmente sou servidora pública, trabalho no setor da saúde. Não atuo na área da educação, embora já tenha trabalhado um ano como auxiliar de sala, deixei essa função devido o término do contrato. Porém mesmo estando em outro setor não desistir da educação.

Há uma previsão de concursos para a minha cidade na área, pretendo atuar na Educação Infantil. O meu plano é atuar nos dois turnos, tenho muita vontade de aprender e acredito que a melhoria da realidade depende que cada um faça a sua parte. Em 2019 pretendo ingressar no curso de Psicopedagogia ofertado pela UNOPAR, com o objetivo de adquirir e aprimorar meus conhecimentos.

A longo prazo tenho a intenção de continuar a estudar, porém sou sincera em dizer que não tenho a pretensão de ficar em sala de aula por muito tempo, pretendo aprofundar meus conhecimentos. Espero ser uma profissional qualificada, além de contribuir para a formação de pessoas justas, honestas e que sigam o caminho do conhecimento.

INTRODUÇÃO

A educação é um processo que ocorre durante a vivência do homem, uma vez que cada indivíduo desenvolve habilidades no seu próprio tempo e sua própria maneira. No ambiente escolar encontramos alunos com diversas especificidades, dentre estas, está o Espectro do Autismo.

O autismo é um transtorno global do desenvolvimento marcado por três características fundamentais: inabilidade para interagir socialmente; dificuldade no domínio da linguagem para comunicar ou lidar com jogos simbólicos e padrão de comportamento restritivo e repetitivo” (JUNIOR, 2011, p. 1)

De acordo com Oliveira (2018) estima-se que no Brasil haja cerca de 2.000 milhões de autistas. Não se sabe ao certo quantos indivíduos portadores do espectro estão inseridos em escolas do país, somente alguns estados como São Paulo, Pará e Paraná possuem um número atualizado de pessoas com TEA matriculados na rede de ensino.

O objetivo geral desse estudo é compreender o processo de inclusão escolar de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo, tendo como objetivos específicos analisar a legislação legal em âmbito nacional e estadual que aborda o autismo; verificar o cotidiano escolar do aluno autista, identificar as interações/relações entre a escola, família aluno com TEA e os demais alunos.

A busca pelo conhecimento mais aprofundado sobre o Transtorno e o processo de inclusão dos autistas no ambiente escolar, é, também, uma forma de contribuir para que as melhorias sejam feitas, e possíveis falhas sejam superadas.

A discussão e análise desse tema justifica-se pela importância em se compreender o processo inclusivo, identificando as falhas e avanços, para assim contribuir de fato para educação. Além da necessidade de conhecimento e compreensão do Autismo.

Este estudo torna-se relevante considerando a discussão sobre as dificuldades enfrentadas no processo educativo, bem como os avanços alcançados em relação à inclusão do aluno autista. Dessa forma, a maior contribuição deste estudo é a compreensão sobre o Transtorno do Espectro do Autismo no ambiente educativo, a partir da análise das ações pedagógicas desenvolvidas pelas escolas para que a inclusão ocorra de fato.

O projeto busca compreender o processo de inclusão de um aluno com Transtorno do Espectro do Autismo em uma escola pública. Analisando a interação entre aluno autista, instituição, família, e demais alunos na cidade de Epiaciolândia no Acre.

A pesquisa será bibliográfica e de campo, onde buscará através textos e artigos científicos conhecer a temática, sendo que também abordará entrevistas com a coordenadora, docente, mediadora de aprendizagem, alunos e mãe do aluno autista.

Dessa maneira, fundamentando-se no conceito de Brande e Zanflice (2012, p.44) receber alunos com deficiência, mais especificamente, com transtornos globais do desenvolvimento é um desafio que as escolas enfrentam diariamente, pois pressupõe utilizar de adequações ambientais, curriculares e metodológicas.

CAPÍTULO 1- AUTISMO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O autismo apresenta desafios para os pesquisadores e profissionais que buscam desvendá-lo. Nos últimos anos estão sendo descobertas novos fatores que confrontam os conceitos já existentes, entre eles está a presença do espectro em meninas. Há também os diagnósticos tardios em adultos. Para “Onzi e Gomes (2015), o autismo é compreendido como um estado ou uma condição, que parece estar recluso em si próprio.”

O **transtorno do espectro autista** é um novo transtorno do DSM-5 que engloba o transtorno autista (autismo), o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação do DSM-IV. Ele é caracterizado por déficits em dois domínios centrais: 1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades. (DSM-5, 2014, P.809)

Antigamente muitas crianças foram taxadas como anormais, lentas, anti sociais por não interagirem com os outros alunos, professores, ou por apresentarem comportamentos repetitivos, falas desconexas, ou se interessarem por objetos, coisas, assuntos não comuns entre a maioria. Porém com o passar dos anos e o avanço das pesquisas, essas pré ideias e julgamentos estão aos poucos dando lugar ao conhecimento, a compreensão e a inclusão.

A terminologia “Transtorno do Espectro do Autismo” (TEA), de acordo com o DSM-5 (American Psychiatric Association [APA], 2013), designa uma condição neuro desenvolvimental que acomete um em cada 88 crianças (Centers for Disease Control and Prevention, 2012). (MARQUES E BOSA, 2015, p.43)

O diagnóstico precoce é de suma importância, pois contribui para que a criança inicie o tratamento, além da identificação do grau de gravidade em que o indivíduo se encontra.

O diagnóstico dos casos suspeitos de TEA pode ser realizado tanto com base na observação comportamental dos critérios dos sistemas de classificação quanto por meio do uso de instrumentos validados e fidedignos, que permitem ao profissional traçar um perfil refinado das características de desenvolvimento da criança. (MARQUES E BOSA, 2015, p. 43 e 44)

De acordo com “Brand e Zanflice (2012) afirmam que os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas e interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restritas, estereotipadas e repetitivas.”

O aluno autista no ambiente escolar representa o novo todos os dias, a cada momento é uma descoberta, um sentimento, um olhar diferente sobre o que está acontecendo. Para a criança com espectro tudo tem um significado, uma visão diferenciada dos objetos, das letras, dos desenhos, nada lhe escapa, tudo é observado. Para “Brandt e Zanfelicci (2012) o autismo impõe um modo singular de invenção, expressão e temporalidade.”

Mesmo que em determinados momentos tenha se a sensação que o aluno autista não esteja adquirindo as habilidades exigidas para cada ano escolar, é de suma importância que o mesmo continue frequentando as aulas diariamente. Segundo “Santos (2008) é importante a continuidade do ensino para uma criança autista, para que se torne menos dependente, mesmo que isto envolva várias tentativas e ela não consiga aprender.” A autora ainda salienta que todo trabalho de interação da criança com objetos e com situações sociais devem ser feitos concomitantemente ao trabalho de capacitação, aos cuidados pessoais e ao lazer para socialização.

A constância do convívio escolar leva o aluno autista a perceber os outros, os ambientes, os objetos. A participação nas atividades propostas mesmo que seja a sua maneira representam ações inclusivas, mesmo com as limitações de recursos que as escolas públicas possuem.

A inclusão de fato acontece quando o aluno participa das atividades escolares, mesmo que a sua maneira, a partir da interação com o outro, seja o colega, professor ou mediador de aprendizagem, ou qualquer outro profissional da escola, a criança está se desenvolvendo, percebendo o mundo, se desenvolvendo socialmente.

Segundo as “Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), a inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos.”

As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades, as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-

qualidade, de todo o sistema educativo. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1998, p.1).

A Lei nº 12.764, que “institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista,” foi publicada no Diário Oficial em dezembro de 2012.

Dentre os pontos previstos na Lei, está a participação da comunidade na formulação das políticas públicas voltadas para os autistas, além da implantação, acompanhamento e avaliação da mesma.

Para os efeitos da Lei 12.764/2012, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I e II:

I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Art. 3: São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

IV - o acesso: a) À educação e ao ensino profissionalizante; Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Outro avanço para a Inclusão foi a sanção da Lei 13. 146 de 06 de julho de 2015.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

Em âmbito estadual a lei 2.976, de 22 de julho de 2015, trata diretamente os direitos do autista.

“Institui a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA e estabelece diretrizes para sua consecução.”

Art. 1º Esta lei institui a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA, e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º A pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

§ 2º A temática do autismo deverá ser incluída em todas as ações e políticas públicas desenvolvidas e implementadas pelo Estado, voltadas para as pessoas com deficiência.

§ 3º A expressão TEA será adotada como nomenclatura oficial para designar a síndrome do autismo em todas as ações e políticas públicas desenvolvidas e implementadas pelo Estado, voltadas para este segmento.

Esta Lei aborda também o atendimento individualizado ao aluno autista.

Do Atendimento no Serviço Público de Educação as Pessoas Com TEA.

Art. 6º Será dever do sistema público de educação e de sua respectiva rede de escolas públicas do Estado:

I - promover qualificação profissional e formação continuada para os professores do atendimento educacional especializado e do ensino regular a fim de qualificá-los para a inclusão dos estudantes com TEA nas classes comuns e no atendimento educacional domiciliar;

II - incluir informações sobre o TEA nos programas de formação continuada para servidores administrativos em todas as escolas da rede pública estadual;

III - assegurar a todos os estudantes com TEA o direito a currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas

necessidades, nas unidades escolares ou no atendimento educacional domiciliar; e

IV - garantir o acesso à educação por meio do atendimento educacional especializado para pessoas com TEA em idade adulta não alfabetizadas.

Orientando a política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais específicas na rede regular de ensino em nível nacional, “as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) a inclusão não consiste apenas na permanência física dos mesmos na escola, mas em desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.”

A inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas é um desafio, mas também uma realidade no país. As escolas se mostram empenhadas em fazer essa inclusão acontecer, no entanto precisa se de uma acompanhamento contínuo da família. Para “Brande e Zanfelice (2012) a família deve estar presente em todos os momentos do processo educativo do aluno com deficiência. Ainda segundo as autoras “no sentido da colaboração, o trabalho de parceria entre os pais e a escola tem impacto positivo no desenvolvimento da criança.”

O atendimento individualizado para o autista é necessário, isso não significa isolamento, mas uma tentativa do mesmo absorver mais as orientações, no intuito de melhorar seu aprendizado, concentração e comunicação. Nesse sentido a presença de um mediador é indispensável. De acordo com” Santos (2008) por lei, as escolas são obrigadas a dar atendimento individualizado a crianças autistas.” No entanto o atendimento coletivo também é importante para que o mesmo tome consciência que é parte da sala e se sinta incluído.

A percepção da interação professor-aluno enquanto principal processo de socialização no aluno autista na escola, também para promover situações de interação significativa entre pares como parte fundamental na construção da aprendizagem. (PIECZARKA, 2017, p.182)

Nos últimos anos há um movimento do Estado e da sociedade no intuito de incluir todos com as suas singularidades, há o entendimento que é necessário conviver para se compreender, não se limitar a teoria, mas aliar o estudo reflexivo e crítico a prática consciente.

Essa concepção passa também a fazer parte do contexto educacional, considerando que somente a partir da convivência, do olhar, da preocupação com o outro, pode se formar uma sociedade cidadã. Lidar com o autismo não é tarefa fácil, no entanto mesmo que o aluno não adquira as habilidades ao mesmo tempo que os demais, o convívio escolar melhora significativamente as suas habilidades sociais.

A inclusão se dá quando pessoas com necessidades especiais são inseridas no ensino regular, e através dessa interação com outras pessoas que não seus familiares, o indivíduo passa a ter uma vida em sociedade podendo desenvolver seu potencial cognitivo e social que muitas vezes fica restringida por falta de informação dos próprios familiares. (SILVA, 2011, p. 12)

Diante do exposto, constata-se que o autismo afeta muitas pessoas, inclusive crianças e adultos que ainda não foram diagnosticadas com o espectro. Nesse sentido há uma necessidade acentuada de estudo e preparação por parte dos pesquisadores e profissionais de educação (professores, gestores, coordenadores, mediadores de aprendizagem

CAPÍTULO 2- METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a realização do presente estudo a metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica e de campo. Adotou como instrumento de coleta de dados: entrevistas semiestruturadas realizadas na escola pública de ensino fundamental I, com a coordenadora, docente regente, mediadora de aprendizagem, mãe e três alunos do segundo ano.

A coordenadora da instituição tem quarenta e seis anos, é formada em pedagogia e especializada em psicopedagogia. A professora regente tem quarenta e cinco anos, é formada em Letras pela Universidade Federal do Acre, a mediadora tem trinta anos, é formada em Pedagogia. A mãe do aluno autista tem trinta e dois anos e cursos até a quarta série do ensino fundamental. Já os alunos entrevistados tem entre sete e oito anos.

A pesquisa tem o objetivo de desenvolver um estudo qualitativo abordando o cotidiano escolar do aluno autista, e as interações que ocorrem durante esse processo. Nesse sentido o desenvolvimento de entrevistas que buscam conhecer os reflexos do autismo no ambiente escolar.

Segundo Martins (2004), a pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de micros processos, por meio do estudo das ações sociais e individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados.

Um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando *"I captar"* o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. Partindo de questões amplas que vão se aclarando no decorrer da investigação o, o estudo qualitativo pode, no entanto, ser conduzido através de diferentes caminhos. (GODOY, 1995, p.21)

Nesse contexto, busca se compreender o processo de inclusão social de um aluno com autismo no cotidiano escolar, analisando a interação entre ele, família, escola e os outros alunos. Dessa maneira analisar o processo inclusivo na sua totalidade, observando as dificuldades e os avanços nesse percurso.

CAPÍTULO 3- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

3. 1- Análise de dados:

A análise de dados se deu por meio da interpretação de entrevistas que foram realizadas com a coordenadora, a professora regente, mediadora de aprendizagem, a mãe e alunos da escola de ensino fundamental.

As professoras (professora regente, mediadora, coordenadora) entrevistadas compreendem a educação inclusiva como uma iniciativa muito importante e necessária, pois acreditam que a partir do contato com os outros alunos, professores e profissionais de apoio a criança com necessidade educacional específica desenvolve habilidades de convivência, de comunicação e de aprendizado. As docente afirmam também que a cada dia é um aprendizado, pois a inclusão é um processo contínuo e diário. Em um trecho da entrevista a mediadora relatou que:

O aluno autista aprende todos os dias. Quando o mesmo interage com os colegas, com a professora, quando afirma não gostar de algo, ou fala sobre algum acontecimento, isso representa a sua percepção em relação ao mundo. Acredito que a presença dele na escola, a sua convivência social, representa um avanço enorme para o seu desenvolvimento cognitivo.

Na entrevista com a professora regente a mesma se mostrou preocupada com o aprendizado do aluno, porém confessou que diante da demanda de trinta alunos em fase alfabetização não estava conseguindo atender o aluno autista como gostaria. Em um trecho da entrevista a mesma disse:

Ele é muito esperto e comunicativo. Percebo que a sua dificuldade é em relação a leitura a escrita no papel, já que quando proponho atividades no computador ele apresenta uma boa aceitação. Nas dinâmicas ele participa, interage com os colegas e muitas vezes me surpreende com respostas surpreendentes.

Os colegas de classe relatam que o aluno autista é diferente, e muitas vezes apresenta um comportamento engraçado, não gosta de fazer as atividades no formato que é aplicado para o restante da turma, porém quando é uma atividade diferenciada ele participa.

No entanto há uma unidade nas falas no que se refere ao cuidado e carinho pelo aluno autista. Um dos alunos fez o seguinte comentário.

O...é legal. Mas as vezes não quer ficar na sala, principalmente quando é atividade escrita, ele não gosta, chora quando ver atividade no papel. Mas quando é pra fazer atividade com o alfabeto móvel, com o globo ou com jogos ele gosta muito. Não sei o que ele tem, só sei que tem uma professora só pra ele, é legal e ela ajuda a gente também.

A família também um papel importante nesse processo, quando os pais acompanham de perto o desenvolvimento dos filhos na escola a aprendizagem dos mesmos é significativamente melhor. A mãe por sua vez relatou que cuida do filho sem o apoio do pai, e luta para ter total apoio do Estado. A mesma relatou que o filho não faz uso de nenhuma medicação e somente nesse ano passou a receber apoio psicológico. Ainda na entrevista a mesma se mostrou preocupada com o aprendizado do filho. Em um dado momento a mesma comentou:

Sofro muito pelo meu filho, as vezes ele está bem e de repente começa a ficar ruim, com umas crises que só quem passa, sabe o quanto é difícil. Tem vezes que ele não quer ir pra escola, mas insisto pra ele ir. Quero muito que meu filho aprenda a ler, a escrever. Tenho só o apoio do meu filho mais velho que ainda é adolescente.

Nesse contexto foram percebidas semelhanças entre as entrevistas, um ponto que chamou a atenção foi a aceitação de todos em relação ao aluno autista, porém outro ponto significativo se deve ao fato da falta de prática em relação ao aluno especial. Mesmo a coordenadora e as professoras relataram que a inclusão ainda “é um assunto novo”, isto é uma prática nova, que todos os dias apresenta desafios diferentes.

Diante do exposto a necessidade de capacitação e treinamento nessa área. Somente com o conhecimento é possível fazer com que a inclusão aconteça em sua totalidade. Percebe-se que os envolvidos no processo educacional querem contribuir para uma educação que acolha a todos, porém não sabem como lidar com questão.

3.1 Discussão de dados:

De acordo com a análise da pesquisa se tornou possível a compreensão de que as professoras da escola compreendem a educação inclusiva como uma iniciativa muito importante e necessária, acreditando que a partir do contato com os outros alunos, professores e profissionais de apoio à criança com necessidade educacional específica desenvolve habilidades de convivência, de comunicação e de aprendizado.

As dificuldades encontradas no que tange a efetividade integral do processo inclusivo são as seguintes:

Há um número excessivo de alunos por sala na referida instituição, cada sala da escola possui uma média de trinta alunos, o que dificulta a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças na sua totalidade, principalmente os alunos que tem necessidades educacionais específicas.

A falta de estrutura familiar. Constatou-se que a configuração familiar do aluno autista não apresenta uma figura paterna, que o mesmo é reconhecido apenas pelo fator biológico. Dessa maneira a mãe diante do acúmulo de responsabilidades se sente ineficiente no cuidado e acompanhamento do filho.

A falta de acompanhamento por parte de um profissional de saúde especializado, o aluno até abril de 2018 não tinha apoio de um psicólogo, porém o problema foi solucionado em maio deste ano.

A falta de preparação e capacitação em relação ao autismo. Durante a observação na escola não foi constatado nenhuma formação que tratasse diretamente o tema, embora a Lei Estadual 2.976, de 22 de julho de 2015 assegure em suas diretrizes a formação e qualificação de profissionais especializados a pessoa com TEA, além da capacitação de pais e responsáveis para seu cuidado e assistência.

A partir dos relatos e do estudo bibliográfico constatou a importância dada a família, principalmente no que se refere a participação no cotidiano escolar. Essa participação compreende diálogo entre pais e professores, presença nos eventos promovidos pela escola; reuniões bimestrais; visitas semanais na instituição.

Dessa maneira a inclusão é efetiva quando o aluno participa das atividades e interage com a comunidade escolar, considerando que a inclusão é um trabalho árduo, constante e desafiador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é um processo contínuo e dinâmico, quando realizado efetivamente, caso contrário é meramente parte teórica do Projeto Político Pedagógico. Por isso é tão necessário o empenho de todos nesse processo. Além disso muitos professores que estão em sala de aula, não estão preparados para lidar com pessoas com Necessidades Especiais, já que não receberam formação para tal especificidade, ou receberam formações ou capacitações deficientes.

Na capacitação dos professores de séries iniciais do Ensino Fundamental, é essencial que lhes sejam oferecidas oportunidades não só para o domínio de métodos, técnicas e recursos de ensino, capazes de atender às mais variadas necessidades educacionais do seu alunato, como também para a construção de uma concepção sobre o ensino e sobre o desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos, uma concepção genuinamente acolhedora das diferenças apresentadas pelos alunos. Tal formação implica a revisão de seus pontos de vista e convicções acerca dessas questões, frequentemente fundada em estereótipos e preconceitos. (SADÃO OMOTE, 2005, p. 393 a 394)

A sociedade atribui escola a responsabilidade de educar e ensinar. No entanto a Educação também é dever da Família. O acompanhamento e a participação da família é essencial, caso contrário a escola se vê engessada e trabalhando sozinha, o que torna muito mais difícil o desenvolvimento de uma prática inclusiva eficiente.

Os professores necessitam de suporte de várias ordens para desenvolver atividades adequadas em salas de aula inclusivas, tais como: materiais instrucionais apropriados e apoio de pessoal especializado; uma política claramente estabelecida e compromisso dos gestores para lidar com situações especiais que requeiram medidas particulares como treinamento e supervisão contínua, ampliação no tempo para planejamento de atividades ou redução no tamanho da classe; necessitam do suporte e auxílio de todo o ambiente escolar para ousar e poder experimentar, com ética e responsabilidade, práticas pedagógicas inovadoras em busca de experiências educacionais capazes de promover a inclusão educacional; é preciso consolidar uma prática social que encoraje toda a comunidade escolar, incluindo os alunos e suas famílias, a rever suas velhas crenças e comportamentos em relação a alunos e professores, ao ensino e aprendizagem, às funções da escola e a outras questões da vida escolar comunitária. É necessário, acima de tudo, construir uma cultura inclusiva no interior das nossas escolas e comunidades em geral. (SADÃO OMOTE, p. 394, 2005)

Diante disso fica claro que a Escola precisa estar em harmonia com a família. Além de formação adequada aos profissionais de educação, sem contar que o processo inclusivo precisa ser compromisso de todos, para que realmente seja uma realidade e não uma proposta

teórica. Assim o autista, no ambiente escolar tem capacidade de aprender e adquirir habilidades, desde que lhe sejam proporcionadas as condições para isso, especialmente o atendimento especializado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 12.764**, de 27 de dezembro 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do autista; e altera o §3º- art. 98 da Lei nº8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. **Lei Nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 15 jun. 2018.

BRANDE, Carla Andréa; ZANFELICE, Camila Cilene. **A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens**. Rev. Educ. Espec., Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 43-56, jan./abr. 2012 Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. 1995.

JUNIOR, L.F. **Doenças e Sintomas do Autismo**. Portal Drauzio Varella.

Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/autismo/>.

Acesso em 11 de junho de 2018.

MARTINS, H.H.T.S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Universidade de São Paulo. 2004.

MARQUES, Daniela Fernandes; BOSA, Cleonice Alves: **Protocolo de Avaliação de Crianças com Autismo: Evidências de Validade de Critério.** 2015

OLIVEIRA, Carolina. **Um retrato do autismo no Brasil.** Revista Espaço Aberto. Disponível: <http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=um-retrato-do-autismo-no-brasil>. Acesso em 11 de junho de 2018.

OMOTE, S.; OLIVEIRA, A.A.S; BALEOTTI, L.R.; MARTINS, S.E.S.O.: **Mudanças de atitudes sociais em relação a inclusão.**2005.

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueredo: **Transtorno do Espectro Autista: A importância do diagnóstico e reabilitação.** 2015.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais:** Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acessado em: 13 jun. 2018.

PIECZARKA, Thiciane. **O desenvolvimento do transtorno do espectro do autista: considerações a partir de Piaget.**2017.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo: desafio na alfabetização e no convívio escolar.** CRDA. São Paulo, 2008.

SILVA, Evaldo Alves: **Os desafios do autista no cotidiano escolar.** Universidade de Brasília, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais 1994.**1998.